

totalização, entre outras atividades atinentes à execução das Eleições Gerais 2022, no âmbito da 1^ª Zona Eleitoral, no período de 23 de setembro a 03 de outubro 2022. Art. 2º. Esta portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação. Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador FRANCISCO DJALMA

Presidente

Rio Branco, 21 de setembro de 2022.

PORTARIA CONJUNTA Nº 5/2022 PRESI/GAPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, o PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, o SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, o SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE, o COMANDANTE DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE, e o COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais e, TENDO EM VISTA o disposto no Decreto-Lei n. 1.064, de 24 de outubro de 1969, na Portaria TSE n. 553, de 7 de junho de 2022 e na Resolução TSE n. 23.640, de 29 de abril de 2021; TENDO EM VISTA a necessidade de adoção de providências necessárias para a assegurar a higidez do processo eleitoral e a legitimidade do resultado das eleições; TENDO EM VISTA a importância de se conferir maior agilidade ao tratamento das ocorrências de infrações penais eleitorais, com o objetivo de responder de forma célere e eficiente à população, garantindo a tranquilidade no dia das eleições; TENDO EM VISTA a necessidade de se manter um canal direto e eficiente para a troca de informações e melhoria do processo decisório, relacionados à investigação policial dos crimes eleitorais, subsidiando, naquilo que se mostrar necessário, os trabalhos da Justiça Eleitoral; TENDO EM VISTA que a adoção de regime de cooperação entre as instituições democráticas constitui medida recomendável no serviço público que possibilita o adequado intercâmbio de informações sensíveis, RESOLVEM: Art. 1º Fixar diretrizes para o apoio institucional prestado pelos órgãos de fiscalização e segurança Ano 2022 - n. 168 Rio Branco, quinta-feira, 22 de setembro de 2022 3 Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (DJE/TRE-AC). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ac.jus.br/> Art. 1º Fixar diretrizes para o apoio institucional prestado pelos órgãos de fiscalização e segurança pública do Estado do Acre ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre para a execução dos trabalhos relativos às Eleições Gerais de 2022, notadamente para os atos que demandem imediata ação das Forças de Segurança legalmente constituídas. § 1º. O apoio institucional de que trata o caput deste artigo se dará por meio do Centro Integrado de Comando e Controle Eleitoral - CICCE (Resolução TRE/AC n. 1.774/2022), que funcionará, nos dias dos pleitos de 1º e 2º turnos das eleições de 2022, nas sedes do Tribunal Regional Eleitoral e da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, com endereços, respectivamente, na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224, Portal da Amazônia, CEP 69915-632 e Rodovia BR 364, nº 3501 - Portal da Amazônia, CEP 69915-630, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. § 2º. Havendo necessidade da atuação conjunta de outras instituições públicas ou de natureza pública para a consecução dos objetivos do Centro Integrado de Comando e Controle Eleitoral - CICCE, essas poderão ser convidadas a integrar o referido centro. Art. 2º O Centro Integrado de Comando e Controle Eleitoral - CICCE será constituído de um gabinete, um setor de lavraturas de flagrantes e termos circunstanciados de ocorrências, uma sala de audiências de custódia ou de termos circunstanciados de ocorrências, uma sala de inteligência, uma sala técnica (Núcleo de Apoio Técnico - NAT), uma Central de Divulgação das Eleições - CDE, uma carceragem e um heliponto. § 1º. Fará uso do gabinete do Centro Integrado

de Comando e Controle Eleitoral - CICCE as autoridades dirigentes das instituições integrantes desta Portaria Conjunta, cuja localização será a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre. § 2º. O setor de lavraturas de flagrantes e termos circunstanciados de ocorrências será formado pelas equipes de policiais federais de plantão e/ou sobreaviso, e funcionará na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre. § 3º. A sala de inteligência será integrada pelos representantes dos setores de inteligências dos órgãos integrados, em especial da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre, Polícia Civil do Estado do Acre, Polícia Militar do Estado do Acre, Agência Brasileira de Inteligência e IAPEN - Polícia Penal do Estado do Acre, e funcionará na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre. § 4º. A sala técnica (Núcleo de Apoio Técnico) será composta pelos servidores da área de tecnologia da Justiça Eleitoral e representante da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, e funcionará na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre. § 5º. A sala de audiências de custódia e/ou de termos circunstanciados de ocorrências será formada por Juízes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Defensores Públicos e seus auxiliares, indicados pelas respectivas instituições a qual pertençam, e funcionará na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre. § 6º. A Central de Divulgação das Eleições - CDE, será um espaço reservado para a divulgação das informações sobre as eleições, com acesso restrito a pessoas previamente autorizadas, na qual poderão ser realizadas as entrevistas coletivas e repassadas as informações pertinentes ao pleito, e funcionará na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre. § 7º. A carceragem funcionará na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre. § 8º. O heliponto, localizado na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, ficará reservado para aeronaves de pronto emprego. Art. 3º Caberá à Secretaria de Segurança Pública disponibilizar espaço no CICC/SEJUSP para que representantes da Polícia Federal tenham acesso integral ao atendimento de ocorrências da Capital e no interior do Estado. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias. Ano 2022 - n. 168 Rio Branco, quinta-feira, 22 de setembro de 2022 4 Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (DJE/TRE-AC). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ac.jus.br/> Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

| | |
|--|--|
| Desembargador FRANCISCO DJALMA DA SILVA Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre | JOSÉ GERALDO AMARAL FONSECA JÚNIOR Diretor do Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Acre Procurador |
| FERNANDO JOSÉ PIAZENSKI Procurador Regional Eleitoral no Estado do Acre | DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre |
| ÉRICO BARBOSA ALVES Superintendente da Polícia Federal no Estado do Acre | GETÚLIO MÁRIO GOMES DE AZEVEDO Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Acre |
| Coronel PM PAULO CÉZAR ROCHA DOS SANTOS Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre | Coronel PM LUCIANO DIAS FONSECA Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Acre |
| Coronel BM CHARLES DA SILVA SANTOS | |
| | |

| | |
|---|--|
| Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Acre | |
|---|--|

Rio Branco, 02 de setembro de 2022.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 204/2022 PRESI/GAPRES

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 204/2022 PRESI/GAPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, DESEMBARGADOR FRANCISCO DJALMA, no uso das atribuições regimentais, destacando-se, neste particular, as disposições contidas no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e o disposto no Art. 18, § 2º, Art. 54, caput e III, Art. 55, I, "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e, TENDO EM VISTA a necessidade de cumprir Acórdão 553/2017-TCU- Plenário, item 9.4; TENDO EM VISTA o que consta do Processo SEI n. 0002305- 16.2015.6.24.8000, R E S O L V E: Art 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022, com os respectivos Demonstrativos de Despesa com Pessoal, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias. Desembargador FRANCISCO DJALMA Presidente UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022 RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00 DESPESA COM PESSOAL DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS INSCRITAS EM Set/21 Out/21 Nov/21 Dez/21 Jan/22 Fev/22 Mar/22 Abr/22 Mai/22 Jun/22 Jul/22 Ago/22 TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b) DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) 3.461.701,93 3.238.159,56 4.931.933,55 3.521.495,07 4.298.277,98 3.215.680,54 3.401.957,09 3.281.429,83 3.246.920,95 3.205.396,26 3.335.566,23 3.285.184,31 42.423.703,30 675.212,58 Pessoal Ativo 3.060.401,60 2.836.859,23 4.330.737,62 3.120.194,74 3.693.364,92 2.793.296,63 2.985.032,77 2.864.505,51 2.804.744,33 2.772.689,25 2.902.859,22 2.852.477,30 37.017.163,12 675.212,58 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis 2.666.566,77 2.447.791,14 3.556.191,41 2.732.769,98 3.307.497,60 2.405.934,55 2.596.949,98 2.476.087,14 2.417.296,12 2.387.950,70 2.524.237,94 2.474.554,40 31.993.827,73 664.175,58 Obrigações Patronais 393.834,83 389.068,09 774.546,21 387.424,76 385.867,32 387.362,08 388.082,79 388.418,37 387.448,21 384.738,55 378.621,28 377.922,90 5.023.335,39 11.037,00 Pessoal Inativo e Pensionistas 401.300,33 401.300,33 601.195,93 401.300,33 604.913,06 422.383,91 416.924,32 416.924,32 442.176,62 432.707,01 432.707,01 432.707,01 5.406.540,18 - Aposentadorias, Reserva e Reformas 298.866,35 298.866,35 448.299,49 298.866,35 449.652,25 318.876,71 313.417,12 313.417,12 338.669,42 329.199,81 329.199,81 329.199,81 4.066.530,59 - Pensões 102.433,98 102.433,98 152.896,44 102.433,98 155.260,81 103.507,20 103.507,20 103.507,20 103.507,20 103.507,20 103.507,20 103.507,20 1.340.009,59 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) - - - - - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente - - - - - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) 417.648,20 401.300,33 601.195,93 441.384,13 604.913,06 422.383,91 416.924,32 416.924,32 446.564,71 432.707,01 460.911,52 432.707,01 5.495.564,45 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária - - - - - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração - - - - - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração 16.347,87 - - 40.083,80 - - - 4.388,09 - 28.204,51 - 89.024,27 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 401.300,33 401.300,33 601.195,93 401.300,33 604.913,06 422.383,91 416.924,32 416.924,32 442.176,62 432.707,01 432.707,01